
ANÁLISE DA PLURIATIVIDADE NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Analysis of pluriactivity in the northeast region of Brazil

Luís Carlos dos Santos

Bacharel em Administração. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Diretor de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Iguatu. karloskaka@hotmail.com

Filipe Augusto Xavier Lima

Engenheiro agrônomo. Doutor em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural (PPGER/UFC). filipeaxlima@ufc.br

Ahmad Saeed Khan

Engenheiro agrônomo. Doutor em Economia Agrícola e Recursos Naturais pela Oregon State University. Professor do PPGER/UFC. saeed@ufc.br

Andréa Ferreira da Silva

Economista. Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA). andrea.economia@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar e analisar os possíveis determinantes do fenômeno da pluriatividade na área rural, tendo em vista os aspectos relativos à composição das famílias pluriativas da região Nordeste do Brasil. Para tanto, utilizou-se o modelo econométrico *Logit* a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) contínua de 2019.4. Os principais resultados apontam que a Região Nordeste se destacou pelo tipo de famílias pluriativas com 34% do total das famílias rurais brasileiras, e desse total, os chefes homens representam 79,65%. A região Nordeste, apesar de deter o maior número de famílias pluriativas, tem esse contingente concentrado em três estados: Bahia, Ceará e Piauí. Percebeu-se também que os determinantes da pluriatividade no Nordeste rural brasileiro são a família empregadora, a família empregada, o sexo do chefe, a raça, a categoria de faixa etária, a categoria de escolaridade, a categoria de Unidade Federativa e a categoria de renda *per capita*. Portanto, o trabalho infere que as famílias agrícolas estão passando cada vez mais a serem famílias pluriativas ou famílias não agrícolas em todas as Unidades da Federação.

Palavras-chave: agricultura familiar; atividades não agrícolas; meio rural; pluriatividade.

Abstract: The objective of this article is identified and analyze the possible determinants of the phenomenon of pluriactivity in rural areas, considering the aspects related to the composition of pluriactive families in the Northeast region of Brazil. For this purpose, the Logit econometric model was used based on data from the continuous National Household Sample Survey (Pnad) of 2019.4. The main results were that the Northeast region stood out for the type of pluriactive families with 34% of the total number of rural Brazilian families, and of this total, male heads represent 79.65%. The Northeast region, despite having the largest number of pluriactive families, has this contingent concentrated in three states: Bahia, Ceará and Piauí. One observed that the determinants of pluriactivity in the rural Northeast of Brazil are the employing family, the employed family, the gender of the head, race, the age group, the education category, the Federative Unit category and the category of per capita income. Therefore, the work infers to the fact that agricultural families are increasingly becoming pluriactive families or non-agricultural families in all Federation Units.

Keywords: family farming; non-agricultural activities; rural areas; pluriactivity.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento das atividades não agrícolas no meio rural e das ocupações da população rural em atividades não agrícolas, seja na cidade, seja no campo, vem modificando as unidades de produção e a vida de agricultores familiares consoante a dinâmica do espaço rural, através de novas atividades produtivas e econômicas, relações de trabalho e sociais e da circulação de pessoas e mercadorias em áreas rurais. Esse fenômeno, denominado pluriatividade, tem se destacado nas recentes pesquisas sobre o ambiente rural brasileiro (Schneider, 2005; Candioto, 2007; Aquino; Nascimento, 2020).

Define-se pluriatividade pela combinação de atividades por indivíduos e famílias em diferentes setores da economia. Para os propósitos da presente pesquisa, restringe-se o conceito para que um desses setores seja a agricultura (Kageyama, 1998; Lima, 2008). A pluriatividade exerce influência na estruturação do trabalho das propriedades rurais e na alocação de recursos econômicos, impondo novas dinâmicas organizativas (Del Grossi; Silva, 2002). Para os autores supracitados, essa nova forma organizacional é advinda de uma possibilidade maior de retorno econômico, em função da realização de atividades não agrícolas em detrimento das atividades agrícolas, passando a ser um fator relevante para que as famílias consigam complementar a renda familiar.

Niehof (2004) acrescenta que a diversificação produtiva é uma importante estratégia para diminuir a vulnerabilidade econômica e garantir a subsistência familiar, o que ocasiona melhora no seu padrão de vida. A família rural deve construir um portfólio cada vez mais diversificado de atividades e produtos que garantam o aumento da renda e da segurança alimentar. À medida que as famílias conseguem ter um portfólio mais diversificado de opções de trabalho, tornando-se pluriativas, suas rendas tendem a elevar-se, adquirindo maior estabilidade, e as fontes tendem a se diversificar (Schneider, 2007).

Somando-se a isso, não faz muito tempo que o termo rural era concebido como sinônimo de atraso, em oposição ao urbano, que representava o moderno. Todavia, no meio rural, passam a ser salientes muitas atividades não agrícolas, fundamentais para a manutenção da família na propriedade, pois proporcionam elevação e relativa estabilidade da renda. Com isso, paulatinamente as famílias rurais estão se tornando pluriativas, quando muito não agrícolas. Porém, vale ressaltar que toda essa transformação não significou forçosamente o fim da agricultura (Lima, 2008; Nascimento, 2009).

Ora, uma das marcas do trabalho agrícola é sua sazonalidade. Esta permite a combinação de diversas atividades e o consequente aproveitamento do tempo de trabalho e da capacidade produtiva praticados da unidade familiar. Assim, em razão da composição familiar da unidade agrícola, pela pluriatividade, parte dos membros se ocupa em atividades exclusivamente agrícolas, e a outra parte em atividades consideradas não agrícolas, de forma que é esse novo rearranjo da unidade familiar característico da pluriatividade (Alentejano, 1999; Silva, 2013).

No que concerne às políticas públicas destinadas à agricultura brasileira, esta já foi compreendida como um espaço dos produtores que não têm a capacidade de se moldar às exigências de produtividade e fazer frente aos desígnios históricos do setor (Nascimento, 2009; Soares; Peixinho, 2019). A agricultura nordestina é marcada por uma série de limitações que travam seu desenvolvimento: problemas de infraestrutura, ambientais, tecnológicos, que reduzem o potencial produtivo das atividades agrícolas e pecuárias na Região. Não obstante esses entraves, há oportunidades específicas para o desenvolvimento da economia agrária na Região, que podem auxiliar no crescimento econômico regional como um todo (Castro, 2013).

Nascimento (2009) considera que, no caso do Nordeste, o crescimento da pluriatividade está associado ao atraso econômico da maior parte da Região e à pobreza disseminada no seu interior, ao contrário das outras regiões brasileiras, onde predomina o modelo agrícola atrelado a modernas

tecnologias aplicadas na agricultura. Cardoso (2013) também aponta maior crescimento da pluriatividade na Região Nordeste.

Tendo em vista as transformações nas áreas rurais do País, a região Nordeste tem se destacado na questão da pluriatividade, pois segundo Nascimento, Costa e Alcântara (2018, p. 4), “a pluriatividade aparece como uma alternativa de resistência das famílias com domicílios rurais para a permanência no campo”. De acordo com Cruz (2013), é dita família pluriativa aquela em que pelo menos um de seus membros participe de uma atividade agrícola e outra não agrícola.

Dado que o Nordeste é a região com maior quantidade de famílias pluriativas (num total de 205.359) – representa 13,4% das famílias rurais brasileiras, segundo o IBGE (2019), quando comparada às outras regiões do País – cabem os questionamentos: quais os condicionantes para as famílias rurais nordestinas optarem pela pluriatividade no meio rural? O que faz com que essas famílias rurais se diferenciem entre pluriativas, puramente agrícolas ou não agrícolas?

A escolha do Nordeste se deu porque nessa região se concentra o maior número de famílias pluriativas, agrícolas e não agrícolas do País (738.018, 205.359, 588.853, respectivamente), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2019 do quarto trimestre (2019.4). Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar os possíveis determinantes associados ao fenômeno da pluriatividade na área rural, tendo em vista os aspectos relativos à composição das famílias pluriativas da Região Nordeste. São objetivos específicos da pesquisa: i) evidenciar os estados com os maiores índices de pluriatividade na Região Nordeste; e ii) apresentar os condicionantes subjacentes à escolha da pluriatividade como estratégia de geração de renda.

Espera-se, com este trabalho, contribuir, ainda que de maneira pouco aprofundada, com a literatura nacional sobre a pluriatividade na agricultura, tendo como parâmetro a realidade do Nordeste brasileiro. Desse modo, destaca-se a relevância deste estudo, que pode revelar características e condicionantes de famílias pluriativas dessa região, utilizando-se para fins dos propósitos traçados do modelo *Logit*, uma vez que esse modelo não exige a normalidade das variáveis independentes nem mesmo a igualdade de matrizes de covariância, o que o faz ser semelhante a uma regressão múltipla, por não possuir o poder de incorporar os efeitos não lineares.

2 A PLURIATIVIDADE NO BRASIL

O estudo sobre pluriatividade no Brasil ganhou espaço a partir da década de 1990, junto com o debate teórico gerado nessa época sobre o rural brasileiro e a agricultura familiar, decorrente de transformações evidenciadas em seus territórios, entre as quais estão inclusas a modernização conservadora da base técnica de produção; a diminuição da oferta de emprego agrícola; a queda nas rendas agrícolas e a maior atratividade das atividades não agrícolas, dando origem ao que Graziano da Silva e Campanhola (2000) denominaram de “novo rural brasileiro”.

A expansão das atividades rurais não agrícolas é uma componente importante da atual fase de desenvolvimento da economia rural. Ela tem criado oportunidades de trabalho para a população residente no campo por ser uma alternativa de obtenção de ganhos superiores aos das atividades agrícolas, constituindo parcela crescente da renda das famílias no campo. Esse fenômeno, embora mais pesquisado em países desenvolvidos, também pode ser facilmente observado em países em desenvolvimento (Reardon, 1999; Ney; Hoffmann, 2008).

Em relação ao Brasil, o setor agrícola sempre foi fundamental para o seu desenvolvimento econômico e, como se sabe, o País é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. Historicamente, em nível mundial, a agricultura passou por profundas transformações tanto no cultivo quanto na produtividade, nas técnicas de produção, nos equipamentos utilizados, nas tecnologias incorporadas e na população ocupada na atividade, sendo praticada principalmente nas áreas rurais dos países (Cruz, 2013).

A esse respeito, é inequívoco admitir que a urbanização e a modernização transformaram os setores da economia, ao modificarem os significados e as relações entre o rural e o urbano. Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (2000), o processo de modernização da agricultura brasileira e o avanço de novas atividades no meio rural acabaram por modificar profundamente esse espaço. A percepção era de que o meio rural não era mais só um espaço em que operavam atividades (agro) pecuárias/industriais, que tinha ganhado novas funções e atividades/ocupações agrícolas e não agrícolas, onde o agricultor deixou de ser só agricultor passando a desenvolver outras atividades dentro e/ou fora de sua propriedade rural, diversificando, por conseguinte, a sua renda (Cruz, 2013).

Para Graziano da Silva e Campanhola (2000), a pluriatividade é a combinação da atividade agrícola com outras atividades que geram ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem externas ou internas à atividade agropecuária. Segundo esses autores, esse conceito permite incluir todas as atividades praticadas pela família (unidade de análise). Nesse contexto, a pluriatividade é um elemento de diversificação da renda que pode se produzir no interior da família ou a partir do seu exterior, funcionando como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a estrutura agrária existente (Brun; Fuller, 1991).

Para Carneiro (1998), a pluriatividade corresponderia à combinação de atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas por uma mesma família inserida em um contexto socioeconômico específico, todavia marcado pela diversificação econômica e pelo dinamismo do mercado de trabalho em nível regional. Assim, segundo a autora, a pluriatividade se desenvolveria mediante a aproximação dos mercados de trabalho relativos aos setores primário, secundário e terciário da economia.

Por esse argumento, a pluriatividade não é um fenômeno conjuntural, mas resultado de um amplo processo de transformação pelo qual passou a agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (Anjos, 2003). A pluriatividade está associada à agricultura familiar, pois seu fundamento reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinadas com uma ou mais atividades não agrícolas, então praticadas dentro ou fora dessa propriedade (Candiotto, 2007; Conceição, 2020).

Schneider (2009) revisa os principais trabalhos da literatura internacional e aponta que os termos *part-time farming* (agricultura de tempo parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade), respectivamente, eram quase sempre expressões sinônimas. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambas estava relacionada ao fato de uma ser de língua inglesa e outra de língua francesa. No entanto, mais do que diferenças etimológicas, incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Também Schneider (2009), em análise aprofundada sobre o tema, propõe quatro tipos de pluriatividade, sendo a primeira chamada de tradicional ou camponesa, isto é, a que ocorre dentro da propriedade por meio da combinação de atividades de produção, transformação e artesanato. O segundo tipo, chamada intersetorial, decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores econômicos, principalmente a indústria e o comércio. O terceiro tipo de pluriatividade proposta é a de base agrária, que ocorre dentro do setor agropecuário, mas caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e novas atividades não agrícolas. Já a quarta, é a para-agrícola, resultante de atividades ligadas à produção e produtos que passaram a ser processados e transformados no interior da propriedade mediante agregação de valor.

A pluriatividade é um fenômeno generalizado nas áreas rurais, tanto no Brasil quanto internacionalmente. No entanto, ela se manifesta de forma heterogênea no meio rural brasileiro, dadas as diferenças de natureza estrutural e conjuntural existentes entre as regiões do País. Além disso, o fenômeno depende tanto das estratégias da família como do contexto no qual elas estão inseridas (Schneider, 2003).

No entendimento de Nascimento (2008), a pluriatividade no Brasil parece ser mais circunscrita a regiões pobres. Assim, de acordo com o autor, esse fenômeno é crescente e persistente no meio rural nordestino, em razão do baixo dinamismo econômico da Região e a baixa capacidade de geração de renda que a agricultura tradicional do Nordeste oferece, levando as famílias rurais a buscarem, na pluriatividade, uma forma de complementar suas rendas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com foco na Região Nordeste do Brasil, que tem a segunda maior população (IBGE, 2020) e teve o terceiro maior produto interno bruto (PIB) do País no ano de 2017. Trata-se da região brasileira que tem o maior número de estados (nove no total): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Segundo o censo agropecuário (2017), o Brasil tem 10,1 milhões de pessoas ocupadas na agropecuária – desse total, 46,6% estão no Nordeste.

Com respeito às ocupações rurais não agrícolas, o Brasil é reconhecido internacionalmente como um país que produz grande volume de estatísticas sobre o tema. Entre as bases de dados atualmente disponíveis, destacam-se o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)¹, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Caged e a Pnad Contínua são bases de dados de reconhecida excelência, que têm natureza e finalidade distintas.

Utilizou-se, na pesquisa, um modelo econométrico capaz de associar os dados disponíveis com a teoria abordada, a saber, o *Logit*. O modelo *Logit* usa a função de distribuição logística acumulada, que tem caudas mais espessas, ou seja, a probabilidade condicional se aproxima de 0 ou de 1 em um ritmo mais lento nesse modelo.

Conforme Greene (2011), o modelo *Logit* multinomial é estimado pelo método de máxima verossimilhança. Os coeficientes estimados não representam diretamente as respostas das variáveis explicativas e são de difícil interpretação daí ser necessário calcular a razão de chances (*Odds Ratio*), que é uma estatística comumente usada para inferir as probabilidades relacionadas ao evento e às variáveis de interesse.

Pode-se definir o *Odds Ratio* como sendo a exponencial da razão entre as chances de ocorrência entre dois eventos (Hosmer; Lemeshow, 2002). Por definição, a razão de chances ou razão de possibilidades é definida como a razão entre a chance de um evento ocorrer em um grupo e a chance de ocorrer em outro grupo. Sendo p e q as probabilidades de ocorrência de dois eventos, então a razão de chances entre os eventos é dada por:

$$\text{Odds} = \exp = (p/(1-p)) / (q/(1-q)) \quad (1)$$

Dessa família de modelos de regressão binária, o *Logit* foi o eleito, pois estima a probabilidade via efeito marginal com base na distribuição normal padrão acumulada pelo fato de a família ser ou não pluriativa, dado um vetor de características observáveis (X_i), os determinantes. Isso ocorre diferentemente dos modelos de regressão em que a variável dependente é quantitativa – é estimado o seu valor esperado (médio), dados os valores dos regressores. Há um debate em torno de qual

1 A Pnad Contínua é uma Pesquisa Domiciliar Amostral, de periodicidade trimestral, que acompanha as flutuações e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho e outras informações necessárias ao desenvolvimento socioeconômico do País. Seus dados são obtidos a partir de entrevistas domiciliares coletadas por entrevistadores contratados pelo IBGE. Os dados deste trabalho foram concebidos a partir da Pnad Contínua de 2019. Foram apresentadas as estatísticas descritivas com o intuito de descrever algumas características das famílias rurais nordestinas ditas pluriativas, além de observar mais detalhadamente os seus determinantes.

é o modelo mais adequado para ser utilizado, pois nessa família de modelos, o *Logit* também é recomendado (Lima, 2008).

Determinou-se a propensão à pluriatividade e à condição não agrícola a partir da análise dos determinantes da família pertencer à categoria pluriativa ou não agrícola, e estabeleceu-se uma relação logística multinomial entre a probabilidade de um domicílio ser pluriativo, não agrícola ou agrícola, com fatores associados a essa condição. Essa relação se baseia na função de probabilidade logística especificada por Pindyck e Rubinfeld (2004):

$$\ln(P_{hi}/P_{3i}) = \theta_{h0} + \sum_{j=1}^k \theta_{hj} x_{ji} + \delta_{h0}t + U_{hi} \quad (2)$$

Nesse contexto, P_{ni} é a probabilidade da i -ésima família ser da categoria h ($h=1$ para pluriativa ou 2 para agrícola). A categoria 3 (não agrícola) é utilizada como referência de análise. A variável dependente, denominada *Logit*, é o logaritmo natural da razão entre a probabilidade de a família pertencer ao tipo pluriativa ($h=1$) ou agrícola ($h=2$); e a probabilidade de a família ser não agrícola ($h=3$). Em outras palavras, expressa quantas vezes a chance de a família ser pluriativa ou agrícola é maior que a chance de ser não agrícola (também chamada *odds*). A variável X_j é o j -ésimo determinante do tipo familiar, t o ano da informação ($t=1$ para 2019) e u_n o erro não controlado pelo modelo. O coeficiente θ_{h0} é o intercepto da equação para o h -ésimo logit, θ_{hj} o impacto do regressor X_j e δ_h a variação anual no respectivo *Logit*. Para obter o *odds ratio*, a relação direta entre a variação unitária de X_j (ou t) e a variação no *odds*, deve-se calcular o antilogaritmo de θ_{hj} (ou $\hat{\theta}_h$), ou seja, calcular $e^{\theta_{hj}}$ (ou $e^{\hat{\theta}_h}$).

Como determinantes da condição pluriativa ou não agrícola (X_j) da família, foram investigadas 25 variáveis, são elas:

- a) Duas variáveis binárias distinguem três características de posição na ocupação de uma família: empregadora, se a família conta com pelo menos um integrante ocupado na posição de empregador; conta própria (referência de análise), se conta com pelo menos um integrante ocupado na posição de trabalhador por conta própria e nenhum integrante na posição de empregador; empregada, aquela que conta com todos os integrantes que estavam ocupados na posição de empregados e nenhum integrante ocupado na posição de empregador ou conta própria;
- b) Uma variável binária que define o sexo da pessoa de referência no domicílio (considerando o sexo masculino como referência);
- c) Uma variável binária que define a cor ou raça da pessoa de referência no domicílio (considerando as pessoas de cor ou raça branca e amarela como referência para comparação com os indivíduos de cor ou raça preta, parda e indígena);
- d) Cinco variáveis binárias para distinguir seis faixas etárias da idade das pessoas de referência no domicílio: 19 anos ou menos (referência); 20 a 29 anos; 30 a 39 anos; 40 a 49 anos; 50 a 59 anos; 60 anos ou mais;
- e) Sete variáveis binárias para distinguir seis grupos de escolaridade da pessoa de referência: sem escolaridade (categoria de referência); primeiro grau incompleto; primeiro grau completo; segundo grau incompleto; segundo grau completo; superior incompleto; superior completo;
- f) Oito variáveis binárias para distinguir nove estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe. Alagoas foi discriminado por ser o estado com menor quantidade de famílias pluriativas;

- g) Quatro variáveis binárias para distinguir três grupos de renda das pessoas de referência no domicílio: menor de 1 salário (referência); de 1 até 2 salários; de 2 até 3 salários; de 3 salários ou mais.

Nesta pesquisa, lidou-se com a base de dados da Pnad (microdados) do IBGE, por permitir compreender melhor as pessoas, as famílias e/ou domicílios de uma determinada Unidade da Federação via a quantidade de variáveis e possíveis combinações que podem ser feitas entre elas, além de ser uma das maiores fontes utilizadas na produção de informações socioeconômicas do País. Os dados mais recentes são referentes a 2019. A abrangência geográfica da Pnad alcança todo o território nacional. Portanto, trabalhou-se com foco nas famílias pluriativas na região Nordeste do Brasil.

Os tipos de famílias aqui analisados são classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, empregada) e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativa). As análises seguintes ficaram restritas ao conjunto de famílias “empregadoras” e “empregadas” residentes nas áreas rurais não metropolitanas, denominadas rural agropecuário.

Para melhor caracterizar a família empregada ou empregadora, foram excluídos da amostra os residentes domiciliares na posição de militar do exército, marinha e aeronáutica, polícia militar (corpo de bombeiros militar); empregado do setor público (inclusive empresas de economia mista); trabalhador doméstico e familiar não remunerado. Tal eliminação segue a metodologia da maioria dos estudos brasileiros que quantificam a pluriatividade (Mattei, 2007). A família deve ser considerada como *locus* onde as decisões são tomadas de forma conjunta, representando uma organização que toma decisões de forma estratégica mediante condições macrossociais. Com efeito, deve-se entender que a alocação de membros familiares no mercado de trabalho faz parte de uma estratégia familiar frente aos constrangimentos enfrentados pelas unidades familiares (Schneider, 2003; Mattei, 2007).

São famílias pluriativas aquelas que têm pelo menos um membro ocupado em atividade agrícola e em atividade não agrícola. É família agrícola aquela cujos membros ocupados desenvolvem atividades exclusivamente agrícolas (remunerados ou não); e família não agrícola aquela cujos integrantes trabalham em atividades fora da agricultura, a despeito da área censitária do empreendimento empregador. Para a definição da atividade do ocupado (agrícola ou não agrícola), considerou-se o grupo de atividade econômica do trabalho principal do integrante familiar, desconsiderando o tipo de ocupação e os trabalhos secundários dos ocupados. Não foram consideradas definições mais específicas de pluriatividade, como aquelas propostas por Schneider (2009), que englobam diferentes tipos de segmentos de atividade e consideram as especificidades das ocupações exercidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, vale ressaltar que os dados, aqui trabalhados, são resultados do processamento dos microdados da última Pnad contínua do 4º trimestre de 2019. Antes de fazer a estimação de um modelo *Logit* ordenado (e suas variações), foi feita uma tabela descritiva dos tipos de família do meio rural, classificando-as em famílias agrícolas, famílias pluriativas e famílias não agrícolas, por Unidade Federativa e o valor absoluto por estado. A amostra deste estudo é composta por 4.082.912 observações; desse total, 604.417 são famílias pluriativas.

Pelos dados da Pnad, expostos na Tabela 1, em se tratando da família rural, unidade de análise utilizada neste trabalho, no Brasil, em 2019, havia 4.082.912 famílias rurais. Dentre as Unidades da Federação, destaca-se a menor participação das famílias pluriativas quase em todas as suas unidades quando comparadas aos outros dois tipos de famílias. As famílias agrícolas apresentaram

um número expressivo. O tipo de família não agrícola também contou com acréscimo absoluto relativamente expressivo nas Unidades Federativas.

Pelos dados da Pnad (2019), nota-se que as famílias brasileiras são compostas em sua maioria por famílias agrícolas, seguida de famílias não agrícolas e menor participação de famílias pluriativas. Pela Tabela 1, claramente a maior parte das famílias pluriativas do Brasil está na região Nordeste: 205.359, seguida da Sudeste (163.010 famílias), acompanhada da Sul (111.306 famílias), Norte (75.049 famílias) e, por último, da Centro-Oeste (49.693 famílias).

Os dois estados brasileiros que detiveram o maior número de famílias pluriativas foram Minas Gerais e Bahia, 86.860 e 69.575, respectivamente. O estado da Bahia superou o número de famílias de Minas Gerais, provavelmente pela densidade populacional. Por outro lado, a região Norte apresentou os dois estados com menor quantidade de famílias rurais pluriativas: Roraima (893) e Amapá (743). Provavelmente por Roraima apresentar 5.210 famílias agrícolas e o Amapá apresentar apenas 6.250 famílias agrícolas.

Tabela 1 – Distribuição das famílias rurais no Brasil por região e Unidade da Federação

Unidade da Federação	Famílias Agrícolas	Famílias Pluriativas	Famílias não Agrícolas	Total
Brasil	2.220.778	604.417	1.257.717	4.082.912
	54,4	14,8	30,8	100,0
Região Norte	382.588	75.049	167.500	625.136
	61,2	12,0	26,8	100,0
Pará (PA)	203.072	46.398	133.021	382.491
Rondônia (RO)	65.557	10.887	7.156	83.601
Amazonas (AM)	60.019	9.012	8.666	77.697
Tocantins (TO)	29.430	5.657	6.774	41.862
Acre (AC)	13.050	1.458	7.629	22.136
Roraima (RR)	5.210	893	2.953	9.057
Amapá (AP)	6.250	743	1.300	8.293
Região Nordeste	738.018	205.359	588.853	1.532.230
	48,2	13,4	38,4	100,0
Bahia (BA)	290.205	69.575	174.605	534.385
Ceará (CE)	96.311	41.920	92.022	230.252
Maranhão (MA)	85.420	24.652	71.776	181.848
Pernambuco (PE)	86.933	15.291	66.197	168.421
Paraíba (PB)	36.370	11.122	48.838	96.330
Piauí (PI)	59.687	22.195	45.015	126.897
Sergipe (SE)	33.546	11.333	26.586	71.465
Rio Grande do Norte (RN)	21.674	3.351	37.559	62.584
Alagoas (AL)	27.873	5.920	26.255	60.048
Região Sudeste	510.601	163.010	273.161	946.772
	53,9	17,2	28,9	100,0
Minas Gerais (MG)	281.562	86.860	108.280	476.702
São Paulo (SP)	126.186	45.159	109.785	281.130
Espírito Santo (ES)	81.401	22.475	20.293	124.169
Rio de Janeiro (RJ)	21.452	8.516	34.803	64.771
Região Centro-Oeste	192.245	49.693	35.729	277.667
	69,2	17,9	12,9	100,0
Mato Grosso (MT)	83.693	16.035	12.570	112.298
Goiás (GO)	69.852	21.466	15.128	106.446
Mato Grosso do Sul (MS)	38.699	12.193	8.031	58.923

Unidade da Federação	Famílias Agrícolas	Famílias Pluriativas	Famílias não Agrícolas	Total
Região Sul	397.327	111.306	192.476	701.109
	56,7	15,9	27,4	100,0
Rio Grande do Sul (RS)	163.725	43.695	74.857	282.277
Paraná (PR)	140.568	38.571	43.027	222.165
Santa Catarina (SC)	93.034	29.041	74.592	196.666

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados Pnad Contínua 2019.4.

Nota: Utilizou-se o fator de expansão da amostra (variável disponibilizada na Pnad Contínua: V1028).

Ainda na Tabela 1, pode-se comparar os dados para cada unidade territorial, mostrando a distribuição dos estabelecimentos pluriativos entre as categorias: famílias agrícolas, famílias pluriativas e famílias não agrícolas. Verifica-se que há maior convergência entre o Brasil e a região Nordeste – dos 604.417 estabelecimentos das famílias pluriativas do Brasil, cerca de 205.359 estão localizados nessa região.

A Tabela 2 reforça as informações acerca do Nordeste, podendo-se observar que na totalidade das famílias da Região (1.532.230), a maioria é composta por famílias agrícolas (738.018), que representam 48,2% da amostra, seguida das famílias não agrícolas (588.853), que representam 38,4%, e as famílias pluriativas que representam um menor número (205.359), 13,4% do total.

Analisando a participação das famílias pluriativas do Nordeste dentro dos estados, tem-se o número absoluto de famílias e percentuais (%) da participação de cada estado. Pode-se verificar quanto cada um representa a família e seu respectivo percentual em relação do Nordeste. A Bahia conta com 69.575 famílias (13%); 41.920 famílias são cearenses (18,2%); 24.652 são maranhenses (13,6%); pernambucanas são 15.291 (9,1%); o Piauí tem 22.195 famílias (17,5%); 11.122 são da Paraíba (11,5%); o estado do Rio Grande do Norte, 3.351 famílias (5,4%); o de Sergipe, 11.333 famílias (15,9%); 5.920 famílias são alagoanas (9,9%).

Tabela 2 – Região Nordeste por estado e tipo de famílias

Região Nordeste	Tipo Família						Total	%
	Famílias Agrícolas	%	Famílias Pluriativas	%	Famílias não Agrícolas	%		
Alagoas	27.873	46,4	5.920	9,9	26.255	43,7	60.048	100
Bahia	290.205	54,3	69.575	13	174.605	32,7	534.385	100
Ceará	96.311	41,8	41.920	18,2	92.022	40	230252	100
Maranhão	85.420	47	24.652	13,6	71.776	39,5	181.848	100
Paraíba	36.370	37,8	11.122	11,5	48.838	50,7	96.330	100
Pernambuco	86.933	51,6	15.291	9,1	66.197	39,3	168.421	100
Piauí	59.687	47	22.195	17,5	45.015	35,5	126.897	100
Rio Grande do Norte	21.674	34,6	3.351	5,4	37.559	60	62.584	100
Sergipe	33.546	46,9	11.333	15,9	26.586	37,2	71464,6	100
Total	738.018	48,2	205.359	13,4	588.853	38,4	1.532.230	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados Pnad Contínua 2019.4.

Nota: Utilizou-se o fator de expansão da amostra (variável disponibilizada na Pnad Contínua: V1028).

A Tabela 3 apresenta o Nordeste por estado e tipo de famílias. Observa-se a participação das famílias pluriativas por estado em porcentagem comparada ao Brasil. As famílias pluriativas estão ordenadas de forma decrescente. Nota-se maior participação na Bahia (11,51%), depois vem o Ceará (6,94%), em seguida o Maranhão (4,08%), Piauí (3,67%), Pernambuco (2,53%), Sergipe (1,87%), Paraíba (1,84%), Alagoas (0,98%) e Rio Grande do Norte (0,55%).

Tabela 3 – Região Nordeste por estado e tipo de famílias comparadas ao Brasil

Região Nordeste	Tipo Família						Total	%
	Famílias Agrícolas	%	Famílias Pluriativas	%	Famílias não Agrícolas	%		
Alagoas	27.873	1,26	5.920	0,98	26.255	2,1	60.048	1,47
Bahia	290.205	13,07	69.575	11,51	174.605	13,9	534.385	13,09
Ceará	96.311	4,34	41.920	6,94	92.022	7,3	230.252	5,64
Maranhão	85.420	3,85	24.652	4,08	71.776	5,7	181.848	4,45
Paraíba	36.370	1,64	11.122	1,84	48.838	3,9	96.330	2,36
Pernambuco	86.933	3,91	15.291	2,53	66.197	5,3	168.421	4,13
Piauí	59.687	2,69	22.196	3,67	45.015	3,6	126.897	3,11
Rio Grande do Norte	21.674	0,98	3.351	0,55	37.559	3	62.584	1,53
Sergipe	33.546	1,51	11.333	1,87	26.586	2,1	71.465	1,75
Total	738.018	100	205.359	100	588.853	100	1.532.230	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados Pnad Contínua 2019.4.

Nota: utilizou-se o fator de expansão da amostra (variável disponibilizada na Pnad Contínua: V1028).

A Tabela 4 apresenta a região Nordeste por estado e por sexo dos chefes das famílias. Utilizou-se a pessoa de referência da família rural, o chefe, para representar as famílias rurais. Os dados foram agrupados de acordo com o tipo de família à qual pertencem, de forma que foram analisadas por estado.

De maneira geral, quando se observa o chefe de família por estado, percebe-se que em todos os estados as maiores representatividades são chefes homens, encontrando-se menos mulheres chefes nas famílias pluriativas.

Do total da amostra do Nordeste, nomeadamente 205.359, em famílias pluriativas, os chefes homens representam 163.564 (79,6%), enquanto chefes mulheres representam 41.795 (20,4%). Os estados que apresentam maiores números de chefes homens são Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí; com maiores números na Bahia, Maranhão e Ceará. A baixa frequência de mulheres como chefes de família é situação vivida na maioria dos estados.

A participação das mulheres é inferior à dos homens no total da amostra. Contudo, na área rural, predomina o sexo masculino. Esse resultado, provavelmente, está relacionado à metodologia da formação da amostra, que considerou apenas um indivíduo por família representada, sendo este o chefe da família.

Tabela 4 – Quantidade de mulheres e homens chefes de famílias e por tipo de família

Região Nordeste	Sexo Chefe						Total
	Famílias Agrícolas		Famílias Pluriativas		Famílias Não Agrícolas		
	Chefe Mulher	Chefe Homem	Chefe Mulher	Chefe Homem	Chefe Mulher	Chefe Homem	
Maranhão	11.020	74.400	6.017	18.635	14.575	57.202	181.848
Piauí	5.756	53.931	3.613	18.582	10.257	34.757	126.897
Ceará	4.109	92.202	9.411	32.509	19.150	72.872	230.252
Rio Grande do Norte	1.592	20.082	545	2.806	4.698	32.861	62.584
Paraíba	1.238	35.132	1.643	9.479	9.249	39.589	96.330
Pernambuco	7.282	79.651	3.574	11.718	9.734	56.463	168.421
Alagoas	1.790	26.083	474	5.446	3.584	22.672	60.048
Sergipe	2.037	31.509	2.192	9.140	8.926	17.660	71.465
Bahia	22.446	267.758	14.323	55.252	43.141	131.463	534.383
Total	57.271	680.747	41.795	163.564	123.313	465.539	1.532.229
	738.018		205.359		588.852		

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados Pnad Contínua 2019.4.

Nota: Utilizou-se o fator de expansão da amostra (variável disponibilizada na Pnad Contínua: V1028).

A Tabela 5 exhibe a região Nordeste por estado, sexo do chefe da família pluriativa em termo de valor absoluto e percentagens comparadas ao Brasil. Através da análise comparativa entre os estados nordestinos, vê-se que os estados do Piauí (483.807 ou 35,33%), Ceará (197.559 ou 14,43%), Rio Grande do Norte (178.717 ou 13,05%) e Pernambuco (150.713 ou 11,01%) apresentam frequências favoráveis em relação às demais regiões.

Fato similar ao que ocorre na percentagem do sexo do chefe. Podem-se perceber também as menores participações dos chefes de famílias quando comparadas ao Brasil: Paraíba (95.379 ou 6,63%), Bahia (60.920 ou 4,45%) e Sergipe (57.565 ou 4,20%).

Segundo Monte e Cruz (2012), apesar da participação inferior à dos homens, as mulheres na área rural apresentam percentual ainda considerado elevado. Esse resultado pode estar relacionado a programas sociais do governo federal que, invariavelmente, responsabilizam as mulheres como gestoras da assistência financeira.

Tabela 5 – Composição da amostra dentro do Nordeste

Região Nordeste	Chefe mulher	
	Valor absoluto	Percentagem
Maranhão	74.239	40,80
Piauí	483.807	35,33
Ceará	197.559	14,43
Rio Grande do Norte	178.717	13,05
Paraíba	95.379	6,97
Pernambuco	150.713	11,01
Alagoas	90.835	6,63
Sergipe	57.565	4,20
Bahia	60.920	4,45
Total	1.369.251	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados Pnad Contínua 2019.4.

Nota: Utilizou-se o fator de expansão da amostra (variável disponibilizada na Pnad Contínua: V1028).

A Tabela 6 apresenta os resultados da estimação do modelo Logit e o quanto cada característica influencia na decisão da atividade econômica do domicílio rural ou não. Essa mesma tabela também mostra as características da participação das famílias agrícolas quando comparada às famílias não agrícolas, ou seja, ao grupo base. Observa-se que a posição de ocupação, quer dizer, o fato de o indivíduo pertencer à família empregadora, vai aumentar a razão de chances de essa família ser do tipo agrícola, em que a chance da família empregadora é de 60%. Quando se compara a família empregada em relação à família por conta própria, o efeito aumenta em 65%, o que significa dizer que a chance da família empregadora se tornar família agrícola é menor que da família empregada.

Em relação ao sexo do chefe, observa-se que o fato de ser do sexo masculino aumenta a razão de chances de ele pertencer à família agrícola em 232%, quando comparado à chefe de família mulher. Quanto à cor e raça do chefe da família, o fato de ele ser branco ou amarelo, diminui em 36% as chances de ele pertencer a esse grupo de família agrícola, quando comparado a um chefe da cor parda ou preta.

Ao se analisar a escolaridade do chefe, quanto maior for seu nível de escolaridade, menor são as chances de ele pertencer a uma família agrícola. Caso ele tenha o ensino fundamental incompleto ou completo, as chances de pertencer a uma família não agrícola são de 54% e 75%, respectivamente. Se ele tiver ensino médio incompleto ou completo, as chances de ele pertencer a uma família não agrícola aumentam para 79% e 85%, respectivamente. E caso ele tenha o ensino superior incompleto ou completo, as chances de ser de uma família não agrícola aumentam para mais de 90%.

Pela análise das Unidades da Federação, a razão de chance da família agrícola, quando comparada à família não agrícola, aumenta em quase todos os estados do Nordeste, quando comparados ao estado base (Alagoas), porque teve menor participação. Observa-se que dentre os estados com maiores razões de chances de pertencer à família agrícola, têm-se os três estados na seguinte ordem: Paraíba (80%), Rio Grande do Norte (78%) e Pernambuco (67%).

Com relação à faixa de renda, verifica-se que chefes de famílias com rendimentos de 2 até 3 salários (54%), e na faixa de 3 a mais salários (48%) apresentam uma propensão maior em pertencerem a famílias agrícolas, o que se reduz na faixa de 1 até 2 salários (31%), na comparação com chefes que têm rendimentos inferiores a até 1 salário. A renda da família agrícola é componente fundamental para explicar a propensão à atividade não agrícola, para cada aumento percentual na renda (domiciliar *per capita*) proveniente do trabalho em atividades agrícolas (Sakamoto et al., 2016). Espera-se que famílias com rendimentos agrícolas elevados não tenderiam a buscar por ocupações fora da agricultura.

Nesse contexto, pode-se traçar o perfil da família agrícola: família empregada, com chefe do sexo masculino, da cor ou raça não branca ou não amarela, com baixa escolaridade, com faixa de renda de 2 a 3 salários-mínimos. O estado da Paraíba é a Unidade da Federação da Região Nordeste que tem a maior chance de ter uma família agrícola.

Tabela 6 – Características da participação das famílias agrícolas comparadas com a família não agrícola

Variáveis	Famílias agrícolas			
	Coefficiente	Dy/Dx	Razão de Chances	
Posição de Ocupação	Família Empregadora	-0,9197***	-0,2254***	0,3987***
		-0,2146	-0,0498	-0,0855
	Família Empregada	-1,0468***	-0,2254***	0,351***
Sexo do Chefe		-0,2546	-0,0448	-0,0894
	Masculino	1,1990***	0,2891***	3,3168***
Cor ou Raça		-0,1019	-0,0223	-0,3381
	Branco ou Amarelo	-0,4351	-0,1072***	0,6472***
Faixa Etária		-0,0664	-0,0164	-0,043
	de 20 a 29 anos	-0,3238	-0,08	0,7234
		-0,3202	-0,0795	-0,2316
	de 30 a 39 anos	-0,3112	-0,0766	0,7326
		-0,3182	-0,0786	-0,2331
	de 40 a 49 anos	-0,4551	-0,1125	0,6344
		-0,32	-0,0792	-0,203
de 50 a 59 anos	-0,325	-0,0805	0,7225	
	-0,3241	-0,0807	-0,2342	
de 60 anos ou mais	0,1247	0,0303	1,1328	
	-0,3459	-0,0832	-0,3918	

Variáveis	Famílias agrícolas			
	Coefficiente	Dy/Dx	Razão de Chances	
Escolaridade	Fundamental Incompleto	-0,7777***	-0,1881***	0,4594***
		-0,157	-0,0369	-0,0721
	Fundamental Completo	-1,3945***	-0,3297***	0,2479***
		-0,1836	-0,0375	-0,0455
	Médio Incompleto	-1,5696***	-0,3617***	0,2081***
		-0,1949	-0,0364	-0,0406
	Médio Completo	-1,9666***	-0,447***	0,1399***
		-0,1764	-0,032	-0,0247
Unidades da Federação	Superior Incompleto	-2,4545***	-0,4725***	0,0859***
		-0,4139	-0,04	-0,0356
	Superior Completo	-2,4019***	-0,4729***	0,0905***
		-0,2705	-0,029	-0,0245
	Bahia	-0,5512***	-0,1367***	0,5763
		-0,1268	-0,0313	-0,073
	Ceará	-0,9637***	-0,2353***	0,3815***
		-0,1286	-0,0294	-0,0491
Faixa de Renda	Maranhão	-0,7977***	-0,1965***	0,4503***
		-0,1119	-0,0265	-0,0504
	Paraíba	-1,6356***	-0,3682***	0,1948***
		-0,1953	-0,0332	-0,0381
	Pernambuco	-1,1247***	-0,2708***	0,3248***
		-0,1472	-0,0319	-0,0478
	Piauí	-1,0779***	-0,2600***	0,3403***
		-0,1762	-0,0384	-0,06
Constante	Rio Grande do Norte	-1,5256***	-0,3486***	0,2175***
		-0,2317	-0,0414	-0,0504
	Sergipe	-0,6410***	-0,1589***	0,5267***
		-0,1586	-0,0385	-0,0835
	de 1 até 2 salários	-0,5216***	-0,1282***	0,5936***
		-0,0781	-0,0191	-0,0463
	de 2 até 3 salários	-0,7731***	-0,1909***	0,4616***
		-0,1138	-0,0273	-0,0525
de 3 a mais	-0,6453***	-0,1599***	0,5245***	
	-0,1455	-0,0355	(0,07630	
Constante	2,5408***		12,689***	
	-0,4499		-5,7089	

Significante a *** p>0,01; ** p> 0,05; * p>0,10,

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados Pnad Contínua 2019.4.

A Tabela 7 mostra as características da participação das famílias pluriativas quando comparada à família não agrícola, ou seja, ao grupo base. A família empregada aumenta em 68% a chance de se tornar pluriativa.

Em relação à informação da faixa etária, quanto maior a faixa de idade da pessoa de referência do domicílio, maiores são as chances de ele pertencer a uma família pluriativa: com chefes na faixa de 20 a 29 anos, tem-se a menor chance de pertencer a uma família pluriativa 250%; quanto à faixa de 30 a 39 anos a chance é de 328%; na faixa de 40 a 49 anos, 596%; na faixa de 50 a 59, 760%; e a última faixa, de 60 anos ou mais, tem as maiores chances, 992%. Em geral, quanto mais idade o chefe tiver, menos propenso ele estará a ser pluriativo. Ademais, quanto maior a idade, o indivíduo passa a ter menos condições físicas para exercer outras atividades além do trabalho

principal (Cruz, 2013). Por outro lado, quanto com mais idade estiver o chefe do domicílio, maior é a probabilidade de outros membros da família, como os filhos em idade ativa, dedicarem-se a atividades não-agrícolas (Sakamoto et al., 2016).

Considerando a escolaridade do chefe da família, observa-se que se o indivíduo tem ensino fundamental incompleto as chances diminuem em 35% de ele ser pluriativo; seguido do ensino médio completo, em 70% de chance; do ensino fundamental completo em 53%; e o ensino médio incompleto, em 62%. Se o indivíduo tem o nível superior incompleto, as chances diminuem em 80%, e se tiver o nível superior completo, diminuem mais ainda, em 74%. Conclui-se que ter um ano a mais de estudo, diminui a chance de a família ser pluriativa. E quanto maior a escolaridade, menor a propensão a ser pluriativo.

Em relação à Unidade da Federação, observa-se que o indivíduo chefe que mora na Bahia diminui a chance em 40% de ele ser pluriativo, se comparada à família não agrícola. E aumentam as chances nos estados de Rio Grande do Norte (85%), Paraíba (79%), Pernambuco (77%), Maranhão (51%), Ceará (45%), Piauí (45%) e Sergipe (24%).

Quanto à faixa de renda do chefe, aumenta a chance de a família ser pluriativa em 45% se ele estiver na faixa de 1 até 2 salários, em 43% se estiver na faixa de 2 até 3 salários, e 33%, na faixa de 3 a mais salários. No Nordeste, o chefe precisa trabalhar mais para garantir a reprodução social da família (Cruz, 2013).

Para Sakamoto et al., (2016), o crescimento da participação de famílias pluriativas justifica-se pelos retornos econômicos do exercício da atividade não agrícola, uma vez que a renda dessas famílias é substancialmente superior à das famílias agrícolas. A pluriatividade e a atividade não agrícola surgem como importantes formas de complementação da renda das famílias em que o rendimento da agricultura é mais baixo.

Nesse contexto, pode-se traçar o perfil da família pluriativa: família empregada, do sexo masculino, da cor ou raça não branca ou não amarela, entre as faixas iniciais de idade, de escolaridade fundamental incompleto, com faixa de renda de 1 a 2 salários-mínimos. O estado do Rio Grande do Norte é a Unidade da Federação da Região Nordeste que tem a maior chance de ter uma família pluriativa.

Tabela 7 – Características da participação das famílias pluriativas comparada com a família não agrícola

Variáveis		Famílias pluriativas		
		Coefficiente	Dy/Dx	Razão de Chances
Posição de Ocupação	Família Empregadora	-0,1513	-0,0323	0,8596
		-0,2083	-0,0433	-0,179
	Família Empregada	0,5222	0,1035**	1,6858*
		-0,2633	-0,0465	-0,4439
Sexo do Chefe	Masculino	0,1675	0,0358	1,1824
		-0,1058	-0,0222	-0,1251
Cor ou Raça	Branco ou Amarelo	0,0452	0,0099	1,0462
		-0,0804	-0,0176	-0,0841

Variáveis	Famílias pluriativas			
	Coefficiente	Dy/Dx	Razão de Chances	
Faixa Etária	de 20 a 29 anos	1,2525**	0,2934**	3,499**
		-0,5374	-0,1267	-1,8802
	de 30 a 39 anos	1,4553***	0,3327***	4,2857***
		-0,5339	-0,1202	-2,2883
	de 40 a 49 anos	1,9403***	0,4441***	6,961***
		-0,5337	-0,1117	-3,7152
	de 50 a 59 anos	2,1516***	0,4913***	8,5989***
	-0,5355	-0,1025	-4,6045	
	de 60 anos ou mais	2,3903***	0,5271***	10,9166***
		-0,5474	-0,0842	-5,9757
Escolaridade	Fundamental Incompleto	-0,42073***	-0,091**	0,6566**
		-0,1916	-0,041	-0,1258
	Fundamental Completo	-0,74213***	-0,1431***	0,4761***
		-0,2243	-0,0371	-0,1068
	Médio Incompleto	-0,94323***	-0,1721***	0,3894***
		-0,2415	-0,0351	-0,094
	Médio Completo	-1,1925***	-0,2273***	0,3035***
		-0,213	-0,0343	-0,0646
	Superior Incompleto	-1,56153***	-0,2348***	0,2098***
		-0,4173	-0,0361	-0,0876
	Superior Completo	-1,3452***	-0,2185***	0,2605***
		-0,2893	-0,0311	-0,0753
Unidades da Federação	Bahia	-0,5105***	-0,1030***	0,6002***
		-0,1587	-0,0289	-0,0953
	Ceará	-0,61943***	-0,1208***	0,5383***
		-0,1542	-0,0263	-0,083
	Maranhão	-0,70473***	-0,1339***	0,4943***
		-0,1377	-0,0224	-0,068
	Paraíba	-1,54313***	-0,2359***	0,2137***
		-0,2608	-0,024	-0,0557
	Pernambuco	-1,46273***	-0,2313***	0,2316***
		-0,2285	-0,0229	-0,0529
	Piauí	-0,5883***	-0,1142***	0,5554***
		-0,2021	-0,0341	-0,1122
	Rio Grande do Norte	-1,9141***	-0,2634***	0,1475***
		-0,432	-0,0286	-0,0637
	Sergipe	-0,2714	-0,0563	0,7623
		-0,2008	-0,0394	-0,1531
Faixa de Renda	de 1 até 2 salários	-0,5948***	-0,1254***	0,5517***
		-0,0945	-0,0192	-0,0521
	de 2 até 3 salários	-0,5606***	-0,1120***	0,5709***
		-0,1281	-0,0231	-0,0731
	de 3 a mais	-0,3877**	-0,0793***	0,6786**
		-0,1591	-0,0303	-0,108
	Constante	-1,71823***		0,1794***
		-0,6069		-0,1089

Significante a *** p>0,01; ** p> 0,05; * p>0,10,

Como pode ser visto, as famílias pluriativas têm maior faixa de renda entre os tipos de famílias. Por sua vez, as famílias agrícolas têm concentração do tipo familiar. Apesar de esse tipo familiar estar associado a menores níveis de renda, as famílias agrícolas empregadas apresentam posição de ocupação elevada na comparação com as pluriativas nessa posição ocupacional, uma vez que exercem atividades não agrícolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar e analisar os possíveis determinantes do fenômeno da pluriatividade na área rural, tendo em vista os aspectos relativos à composição das famílias pluriativas da região Nordeste. Foram apresentados os estados com maiores índices de pluriatividade e seus condicionantes subjacentes à participação da família pluriativa como estratégia de geração de renda.

Em 2017, o Brasil tinha 4.082.912 famílias rurais em todas as Unidades da Federação, sendo a menor participação das famílias pluriativas com o número de 604.417 quando comparadas aos outros dois tipos de famílias. As famílias não agrícolas são expressivas. O tipo de família pluriativa também contou com acréscimo absoluto, embora com menos expressividade. O Nordeste concentra a maior parcela das famílias rurais e apresenta a maior propensão de famílias exclusivamente agrícolas, pluriativas e famílias não agrícolas frente às agrícolas.

São vários os fatores que definem as chances de a família ser pluriativa ou não agrícola. Por exemplo, a região de residência – se residem perto das áreas urbanas – e a escolaridade do chefe responsável. Em relação à localidade de residência, para famílias que residem em áreas rurais mais isoladas, sem estrutura mínima de serviços, não há muitas oportunidades para se inserirem no mercado de trabalho não agrícola, seja pelo baixo dinamismo da localidade onde residem, seja pelo difícil acesso às áreas urbanas, ou áreas que ofereçam maiores oportunidades de trabalho não agrícola.

A propensão de famílias agrícolas, pluriativas e das famílias não agrícolas é máxima no estado de Bahia, o que reflete a maior interação entre as áreas rurais e urbanas e a presença de atividades agrícolas dinâmicas que acabam ramificando maiores oportunidades de trabalho fora da agricultura no próprio meio rural baiano.

Em relação à informação da faixa etária, observa-se que quanto maior a faixa de idade da pessoa de referência do domicílio, maiores são as chances de ela pertencer a uma família pluriativa. A presença de jovem é outro importante determinante da atividade domiciliar pluriativa ou não agrícola. Isso reflete a busca por melhores oportunidades de trabalho (fora da atividade agrícola), por outro lado, famílias chefiadas por pessoas com faixa etária de 20 a 29 anos apresentam as menores propensões de pertencerem à categoria pluriativa ou não agrícola.

Sobre os diferenciais de cor/raça e sexo da pessoa de referência, os resultados mostraram que é maior a propensão de as famílias serem lideradas por homens, de cor não branca ou não amarela. A escolaridade do chefe é outra característica que condiciona fortemente o tipo de atividade exercida pela família. E quanto maior a escolaridade, menor a propensão de a família ser pluriativa ou uma família agrícola. Contudo, o exercício da atividade exclusivamente agrícola está fortemente associado à presença de chefe com mais idade, provavelmente devido à maior experiência profissional da pessoa responsável ou aposentado no domicílio.

Com relação à faixa de renda, verifica-se que chefes de famílias com rendimentos de 2 até 3 salários (54%) e na faixa de 3 a mais salários (48%) apresentam uma propensão maior em pertencerem a famílias agrícolas, o que se reduz de 1 até 2 salários (31%), enquanto observa-se que aumenta a chance de a família ser pluriativa se estiver seguido na faixa de 1 até 2 salários, em 45%, de 2 até 3 salários, de 43%, e na faixa de 3 a mais salários, em 33%. Entre as Unidades da Federação

do Nordeste, o estado da Paraíba evidenciou a maior chance de ter uma família agrícola, e o estado do Rio Grande do Norte é a localidade que tem a maior chance de ter uma família pluriativa.

Verificou-se que a pluriatividade também funciona como uma estratégia dos indivíduos e famílias para migrarem de ocupações. No geral, as famílias estão relacionadas com domicílios que se encontram em estágios mais avançados do ciclo de vida familiar.

Em resumo, a abordagem possibilitou oportunidades para a elaboração de novos estudos e análises que poderiam ultrapassar a compreensão do que seja pluriatividade, pois a visão holística dos tipos de família de cada região e a compreensão de suas diversidades, são fundamentais para o desenvolvimento dos estados de nosso País.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma nova noção válida para a análise da realidade agrária brasileira. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 149-178.
- ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Heterogeneidade e dinâmicas das fontes de ocupação e renda das famílias rurais nos estados do Nordeste brasileiro. **Revista Grifos – Unochapecó**, Santa Catarina, v. 29, n. 50, p. 126-148, 2020.
- BRUN, A.; FULLER, A. **Farm Family Pluriactivity in Western Europe**. UK: The Arkleton Research, 1991. 20 p.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**, Paraná, v. 9, n.10, p. 191-208, 2007.
- CARDOSO, J. G. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região nordeste e sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000**: trajetórias e desafios. Uberlândia: UFU, 2013. 36 p.
- CARNEIRO M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998. 41 p.
- CASTRO, C. N. A Agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. **Boletim regional, urbano e ambiental – IPEA**, Brasília, n. 8, p. 77-89, 2013.
- CONCEIÇÃO, F. C. Multifuncionalidade e pluriatividade rural. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 10, n. 18, p. 103-112, 2020.
- CRUZ, M. S. **Mudanças no rural nordestino**: uma análise dos determinantes da pluriatividade nas famílias rurais nordestinas, no ano de 2011. 2013. 93f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- DEL GROSSI, E.; SILVA, J. G. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Instituto Agrônomo do Paraná: Londrina, 2002. 100 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional. SP: Embrapa, 2000. 112 p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. A evolução da agricultura familiar e do Agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. **Brasil no Limiar do Século XXI: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: Edusp, 2000. p. 139-157.

GREENE, W. H. **Econometrics analysis**. 7th ed. USA: Prentice Hall, 2011. 1188 p.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression**. New York: John Wiley & Sons, 2002. 13 p.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Notas técnicas: versão 1.8**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101733>. Acesso em: 25 jan. 2021.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censoagropecuário-2017>. Acesso em: 22 fev. 2021.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, 1998.

LIMA, J. R. F. **Efeitos da pluriatividade e rendas não agrícolas sobre a pobreza e desigualdade rural na região Nordeste**. 2008. 135 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Minas Gerais, Viçosa, 2008.

MAIA, A. O esvaziamento demográfico rural. In: BUAINAIN, A. M. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 1013-1031.

MATTEI, L. F. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055-73, 2007.

MONTE, P. A.; CRUZ, M. S. As percepções dos indivíduos das áreas urbana e rural sobre suas condições de vida. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 43, n. 4, p. 51-70, 2012.

NASCIMENTO, C. A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: Uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 68 p.

NASCIMENTO, C. A. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 317-348, 2009.

NASCIMENTO; J. E. B.; COSTA, J. E.; ALCANTARA, F. V. Desafios e Perspectivas para a Agricultura Familiar do Município De Ribeirópolis/SE. **Geopauta**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 46-65, 2018.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008.

NIEHOF, A. The significance of diversification for rural livelihood systems. **Food Policy**, London, n. 29, p. 321-338, 2004.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Econometria: modelos & previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 21p.

REARDON, T. **Rural non-farm income in developing countries**. USA: World Bank, 1999. p. 1-37.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, São Paulo, v. 54, n. 3, p. 561-582, 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-192, 2003.

SCHNEIDER, S. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2005.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XVI, n. 3, p. 1-113, 2007.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. *In*: GRAMMONT, H.C.; MARTINEZ VALLE, L. **La pluriactividad en el campo latino americano**. Equador: Editora Flacso, 2009. p. 132-161.

SILVA, R.N. **Pluriatividade na Agricultura Familiar Tradicional do Estado de Mato Grosso**. 2013. 75 f. Dissertação (Mestrado em economia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2013.

SOARES, J. A. P.; PEIXINHO, D. M. Pluriatividade em assentamentos rurais: forma de exclusão, inclusão ou permanência no campo? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 187- 207, 2019.